III SIMPÓSIO INTERNACIONAL
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

## DIREITOS DA CRIANÇA E RESPONSABILIDADES PARENTAIS;

# Formação de Profissionais para a Promoção da Parentalidade Positiva

***Children's Rights and Parental Responsibilities;***

***promoting Positive parenting***

Olívia de CARVALHO[1]
António Carlos SANTOS[2]
João PASCOINHO[3]
Dora Resende ALVES[4]

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo conhecer as competências dos profissionais para o trabalho com os pais, no sentido da Promoção da Parentalidade Positiva. O estudo contou com 40 participantes, professores, elementos da Equipa Multidisciplinar de

[1] Professora, Licenciada em Psicologia Clínica, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Educação, (FPCE-UP), com Certificado Europeu de Psicologia – Europsy, Doutora em Psicologia (2017) e Pós-Doutorada em Direitos Humanos, (Universidade de Salamanca, 2023); Investigadora Integrada no IJP - UPT, colaboradora no CIDI - IEES e CEPESE. ORCID 0000-0002-6968-5277.E-mail: oliviadecarvalho@upt.pt

[2] Professor, Diretor do Agrupamento de Escolas do Sabugal, Mestrado em Gestão e Administração Educacional, ORCID:0009-0003-1879-2800. E-mail: a.carlos.santos@gmail.com

[3]Professor Adjunto, Investigador Integrado no CIDI-IEES, ORCID 0000-0003-0620-4250. E-mail: joao.pascoinho@iees.pt

[4]Professora Associada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique e Investigadora do Instituto Jurídico Portucalense. http://orcid.org/0000-0003-4720-1400. E-mail: dra@upt.pt

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS
INSTITUIÇÕES COOPERANTES
AGÊNCIAS/FOMENTO

Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), comissários da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e representantes da educação no Núcleo Local de Inserção (NLI) do Sabugal, aos quais foi aplicado o instrumento "Competências para o Trabalho com os Pais - Visão dos Profissionais (adaptado de PyeTait, 2006). Na base da Parentalidade Positiva encontra-se o respeito pelo superior interesse da criança. Portugal foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia da República Portuguesa em 1990. O cumprimento dos Direitos não compete apenas ao Estado, mas exige, segundo um modelo sistémico e Bioecológico (Bronfenbrenner, 2oo7), o envolvimento de todas as instituições, onde a família e a escola assumem um especial papel. As políticas e medidas, em matéria de apoio à Parentalidade, deverão ter como base os direitos, isto é, considerar os filhos e os pais como titulares de direitos e obrigações, e promover a "Parentalidade Positiva", entendida como um comportamento parental baseado no interesse superior da criança. Este conceito responsabiliza e valoriza os pais, ao mesmo tempo que lhes confere reconhecimento e assistência. A proteção dos direitos da criança e a promoção da Parentalidade Positiva constituem imperativos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), na Recomendação Rec (2006)19 do Conselho da Europa e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, enquadramento que confere à educação um papel estratégico na construção de ambientes familiares seguros e no exercício pleno da cidadania. Os resultados do estudo, indicam que os professores e técnicos inquiridos apresentam lacunas significativas na formação neste domínio, reconhecendo a sua necessidade. Conclui-se que as escolas devem atuar como entidades de primeira linha na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, através do trabalho com os pais, devendo os governos, organizar as suas políticas e os seus programas, de maneira a criar as condições necessárias para a promoção da parentalidade positiva.

**Palavras-Chave:** Direitos da Criança; Parentalidade Positiva; Educação parental; Profissionais da educação

**ABSTRACT**

This study aims to identify the competencies held by professionals for working with parents, in the context of promoting Positive Parenting. The study involved 40 participants, including teachers, members of the Multidisciplinary Support Team for Inclusive Education (EMAEI), commissioners from the Commission for the Protection of Children and Young People (CPCJ), and education representatives on the Local Integration Unit (NLI) of Sabugal to whom the instrument "Competencies for Working with Parents Professionals' Perspective" (adapted from Pye & Tait, 2006) was administered. At the foundation of Positive Parenting lies respect for the best interests of the child. Portugal was one of the first countries to ratify the Convention on the Rights of the Child (CRC), approved by the Portuguese Assembly of the Republic in 1990. Compliance with these Rights is not the sole responsibility of the State; rather, it requires, in accordance with a systemic and Bioecological model (Bronfenbrenner, 2007), the involvement of all institutions, with the family and the school playing an especially significant role. Policies and measures relating to Parenting Support should be grounded in rights, that is, they should recognise children and parents as holders of rights and obligations, and promote "Positive Parenting", understood as parental behaviour based on the best interests of the child. This concept holds parents accountable and values their role, whilst simultaneously affording them recognition and support. The protection of children's rights and the promotion of Positive Parenting constitute imperatives enshrined in the Convention on the Rights of the Child (1989), Recommendation Rec(2006)19 of the Council of Europe, and the Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN's 2030 Agenda, a framework that confers upon

education a strategic role in building safe family environments and in the full exercise of citizenship. The findings of the study indicate that the teachers and technicians surveyed present significant gaps in training in this domain, whilst acknowledging its necessity. It is concluded that schools should act as frontline bodies in the promotion and protection of the rights of children and young people through work with parents, and that governments should organise their policies and programmes in such a way as to create the conditions necessary for the promotion of positive parenting.

**Keywords:** Children's Rights; Positive Parenting; Parental Education; Education Professionals